

CARTA ROGATÓRIA Nº 15.078 - PT (2019/0351886-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO - JUIZO
CENTRAL CRIMINAL DO PORTO - JUIZ 3
INTERES. : EMILIA LOURO FOLGADO PACHECO PEREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à citação de EMILIA LOURO FOLGADO PACHECO PEREIRA para responder a ação pelo crime de burla.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 30-31. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 32).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opôs à concessão do *exequatur* e requereu os benefícios de justiça gratuita e a própria intimação para acompanhar o presente feito, contando-se em dobro todos os prazos (fls. 34-37).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 39).

É o relatório. Decido.

De início, **defiro os benefícios da justiça gratuita e a intimação da Defensoria Pública da União nos termos do art. 44, I, da Lei Complementar n. 80/1994.**

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur.**

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de Alagoas, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 90 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente